

RACIONALIDADE TÉCNICA E INSTRUMENTAL: REFLEXÕES SOBRE O SENTIDO DA EDUCAÇÃO

TECHNICAL AND INSTRUMENTAL RATIONALITY: REFLECTIONS ON THE SENSE OF EDUCATION

Ana Carolina da Silva Oliveira
(Universidade Estadual de Goiás)

Simone de Magalhães Vieira Barcelos
(Universidade Estadual de Goiás)

Camila Grassi Mendes de Faria
(Universidade Federal do Paraná)

RESUMO: Este artigo discute a racionalidade técnica na educação contemporânea. Destaca-se a necessidade de compreender a natureza e os fins da educação, bem como seu sentido na formação e na existência humana, com vistas a romper com a recorrente compreensão fragmentada e superficial dos temas educacionais. O texto analisa como a ênfase nos parâmetros curriculares, avaliações e resultados acadêmicos, muitas vezes, prevalece sobre a reflexão dos conceitos, teorias e práticas no campo da educação. A pressão externa por eficiência, eficácia e produtividade leva a escola a se adaptar às demandas do mercado, perdendo seu sentido e razão de ser. A lógica de produção, marcada pela lógica da instrumentalidade, a qual atinge tanto a educação básica como o ensino superior, toma a educação como mero investimento para o sucesso profissional. A cultura contemporânea, sob a influência da racionalidade técnica, privilegia a imagem e o som, desvaloriza o texto escrito, a leitura e o exercício do pensamento, resultando na submissão do ser humano aos imperativos da eficiência e da lógica instrumental, reduzindo a educação ao saber-fazer. Diante dessas transformações, é fundamental pôr em questão a educação contemporânea em vista da formação em sentido amplo, uma educação para além das necessidades e interesses imediatos do mercado. A presente reflexão, de cunho teórico, foi realizada a partir de um estudo bibliográfico tomando como fundamento o conceito de racionalidade instrumental elaborado por Horkheimer (2002), assim como as contribuições filosóficas sobre o tema desenvolvidas por Chauí (2016) e Coêlho (2008; 2012).

Palavras-chave: Educação. Escola. Racionalidade Técnica e Instrumental.

ABSTRACT: This article discusses technical rationality in contemporary education. It emphasizes the need to understand the nature and purposes of education, as well as its meaning in human formation and existence, aiming to break away from the recurring fragmented and superficial understanding of educational themes. The text analyzes how the focus on curricular standards, evaluations, and academic results often outweighs the reflection on concepts, theories, and practices in the field of education. External pressure for efficiency, effectiveness, and productivity drives schools to adapt to market demands, thereby losing their meaning and *raison d'être*. The logic of production, marked by instrumental rationality, which affects both basic education and higher education, reduces education to a mere investment for professional success. Contemporary culture, influenced by technical rationality, privileges image and sound, devalues written text, reading, and the exercise of thought, resulting in the subjugation of human beings to the imperatives of efficiency and instrumental logic, reducing education to know-how. In light of these transformations, it is essential to question contemporary education in view of broad-based formation, an education that goes beyond the immediate needs and interests of the market. This theoretical reflection is based on a bibliographical study grounded in the concept of instrumental rationality developed by Horkheimer (2002), as well as the philosophical contributions on the subject by Chauí (2016) and Coêlho (2008; 2012).

Keywords: Education. School. Technical and Instrumental Rationality.

Introdução

A educação é fundante na constituição da existência humana, influenciando o desenvolvimento individual, coletivo e a sociedade como um todo. Ao considerar a história da educação, percebe-se como as concepções e propósitos foram elaborados ao longo do tempo, num movimento de indissociabilidade com os contextos culturais e políticos de cada período.

O presente artigo discute a influência da racionalidade técnica atribuída à educação contemporânea e os desafios enfrentados pela escola num contexto marcado pela fragmentação e superficialidade no que diz respeito ao saber e à formação. A compreensão do sentido da educação e da escola, como mostra Coêlho (2012) é fundamental para compreender as transformações e o crescente declínio dessas realidades ao longo da história.

Segundo Chauí (2016), a Grécia Antiga representa um marco importante na educação, pois os gregos, ao dedicarem-se a pensar sobre educação e a formação humana, compreenderam e reconheceram a necessidade de refletir sobre o sentido e desta para a existência humana. Com o advento da democracia em Atenas, houve uma mudança significativa na concepção educacional. Antes, a educação estava centrada numa visão aristocrática, focada na formação do homem ideal como guerreiro belo e bom. Contudo, com a democracia, a preocupação se voltou para a formação do cidadão, capacitado a participar ativamente do governo da cidade, da *polis*, quer dizer, a preocupação passou a ser o debate público, o exercício de formular argumentos e apresentá-lo em assembleias, na *Ágora*. Esse novo ideal educativo visava formar bons oradores, capazes de persuadir na esfera política, enfatizando a virtude cívica e o envolvimento ativo do cidadão na vida política e social da *polis*. A autora mostra que estava em questão o trabalho de constituição e a preservação da *polis*, que deve ser entendida não estritamente em sentido territorial, mas sobretudo no movimento de participação nas questões que a constitui.

Ao longo do período socrático, como mostram Chauí (2016), Vernant (2015), dentre outros, a valorização do pensamento crítico e do autoconhecimento tornou-se proeminente na Grécia Antiga. Os sofistas, os primeiros filósofos desse período, ensinavam técnicas de persuasão para formar cidadãos atuantes na política. Já Sócrates, crítico do trabalho realizado pelos sofistas, buscava definições racionais para virtudes morais e políticas, buscava a verdade sobre as coisas do mundo humano.

Entretanto, na contemporaneidade, a educação tem enfrentado desafios decorrentes de uma concepção fragmentada e superficial de formação, concepção muito distante daquela pensada e realizada pelos gregos antigos. A pressão externa por eficiência, eficácia e produtividade comumente tensiona para que as escolas e os sistemas de ensino se adaptem com primazia às demandas do mercado, muitas vezes negligenciando valores fundantes da educação e da formação necessários a vida em sociedade (como autonomia, reflexão sobre o real, liberdade, igualdade, participação política, justiça, cultura, saber, entre outros).

A influência da racionalidade técnica na educação e na formação, resulta na submissão do ser humano aos imperativos da lógica instrumental, da razão instrumental nos termos postos por Horkheimer (2002), pois toma o conhecimento como mera informação e reduz a educação ao mero saber-fazer, um fazer desprovido de reflexão e crítica. Diante dessas transformações, é fundamental pôr em questão a educação contemporânea, reconhecendo a racionalidade técnica como um obstáculo à realização da formação humana em seu sentido mais amplo, uma formação como a que os gregos buscaram realizar.

Desenvolvimento

Pôr em questão o sentido da educação formal, faz-se importante recorrermos à algumas contribuições do campo filosófico que nos auxiliam no aprofundamento e compreensão do tema para então podermos aprofundá-lo em seus desdobramentos na contemporaneidade.

Dentre estas reflexões, destacam-se as contribuições de Chauí (2016), Vernant (2015), Coêlho (2012; 2008), acerca da concepção de educação na Grécia Antiga e as mudanças significativas que esta sofrera a partir do advento da democracia em Atenas. A educação seguia um padrão aristocrático, enfatizando a formação do homem ideal como guerreiro belo e bom. No entanto, com o surgimento da democracia, a ênfase na educação passou a ser a formação do cidadão, que tinha direito de participar diretamente do governo da cidade, expressar opiniões nas assembleias e discutir publicamente as decisões políticas. O ideal educativo tornou-se, assim, a formação do bom orador, capaz de persuadir na esfera política. Essa mudança refletiu a importância atribuída à virtude cívica (*Arete*) e a participação do cidadão na vida política e social da *polis*.

Sobre o conceito de educação na Grécia Antiga, a autora ressalta a importância do contexto histórico e político no desenvolvimento do sistema educacional de uma sociedade. A transição para a democracia em Atenas influenciou significativamente o propósito e as metas

da educação naquele período.

Essa compreensão histórica incentiva a considerar constantemente o propósito e os valores fundamentais da educação no contexto contemporâneo, a fim de garantir que estejamos preparando cidadãos informados, engajados e comprometidos com o bem comum.

Chauí (2016) ao discutir o período socrático na Grécia Antiga, destaca os sofistas como os primeiros filósofos desse período. Os sofistas ensinavam técnicas de persuasão para formar bons cidadãos capazes de participar na política. Sócrates, por sua vez, discorda dos sofistas e enfatizava o autoconhecimento como base no verdadeiro conhecimento, buscando definições universais e racionais para virtudes morais e políticas. Esse período foi marcado pela valorização do pensamento crítico e da busca pela verdade por meio da razão, distinguindo opiniões de conceitos universais. Ocorre, portanto, a valorização do pensamento crítico, da busca pela verdade por meio da razão e do autoconhecimento como base da formação de cidadãos capazes de compreender o sentido das virtudes morais e políticas.

A análise do período socrático na Grécia Antiga proporciona uma fascinante visão sobre os contrastantes enfoques filosóficos e educacionais dos sofistas e de Sócrates. Enquanto os sofistas se dedicavam ao ensino de técnicas persuasivas para a formação de cidadãos hábeis na política, Sócrates assumia uma atitude filosófica em busca da verdade sobre as coisas humanas. O filósofo reconhecia o autoconhecimento, o conhece-te a ti mesmo, como fundamento para o verdadeiro conhecimento, buscando definições universais e racionais para as virtudes morais e políticas.

Segundo Coêlho (2012), os principais temas de preocupação no campo da educação contemporânea são os parâmetros curriculares de avaliação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), a educação inclusiva, os objetivos, o papel, a função, a estrutura, o funcionamento, a gestão, a qualidade e os resultados da escola e do ensino. No entanto, esses temas são frequentemente abordados de forma isolada, sem considerar os conceitos, teorias, práticas e nexos constitutivos da educação, da escola e da formação, quer dizer, tais realidades são tratadas como se não fizessem parte do real, da sociedade na qual se realizam.

Essa ênfase desconsidera questões fundamentais e vai, continuamente, afastando a escola e a educação da sua verdadeira natureza e sentido, quer dizer, fazendo-a pôr em segundo plano aspectos essenciais como a autonomia, a liberdade, a igualdade, a justiça, a cultura, o saber, o ensinar e o aprender. Essas preocupações impostas externamente acabam prevalecendo

em detrimento dos valores fundamentais da educação, essa lógica está centrada na produção, na eficácia e não no estudo, na formação integral dos sujeitos, como mostra Coêlho (2012).

O autor, ao discutir tais problemas na área da educação, aponta para a necessidade em se refletir sobre a superficialidade com que esses assuntos muitas vezes são tratados nas políticas públicas educacionais. É perceptível que, ao tratar os parâmetros curriculares, avaliações, educação inclusiva e outros tópicos de forma isolada, há uma lacuna na compreensão dos nexos e implicações mais profundas desses elementos. Nenhum aspecto deve ser considerado isoladamente, como se fosse algo exterior à sociedade, pois de fato não existe essa exterioridade. A educação possui uma materialidade e se realiza na sociedade - e não fora dela -, daí o engano em vê-la como uma questão isolada do contexto social, cultural, econômico e político mais amplo e/ou pensá-la estritamente a partir da lógica de atendimento das demandas formativas do mercado de trabalho.

Reconhecer que há uma ênfase excessiva em uma produção de caráter utilitarista em detrimento do estudo, torna possível compreender como a pressão externa por resultados pode distorcer os fins e o sentido da educação e da própria escola. Isso se consolida quando se decide pelo foco em metas quantitativas em vez de uma dimensão qualitativa que promova o a formação humana, uma formação em sentido amplo. Assim, parece correto insistir na reflexão sobre o sentido a educação e da escola, pôr em questão a instrumentalidade técnica a ela empregada na contemporaneidade e as implicações desta racionalidade na organização do trabalho pedagógico assim como nos processos e concepções formativas que a compõem.

Coêlho (2012) mostra que, quando a escola direciona seus esforços para se adequar às demandas do Estado e da sociedade, buscando eficiência, produtividade e bons resultados em avaliações, ela se afasta daquilo que constitui seu sentido, ignora a dimensão política da educação e sua responsabilidade no que diz respeito a formação dos estudantes.

A busca por eficiência, produtividade, eficácia e resultados em avaliações standardizadas faz com que, segundo Coêlho (2012), a escola deixe de se interessar por sua própria natureza, limitações e possibilidades, assim como pelos pressupostos e consequências de suas ideias e ações e passe a valorizar elementos mensuráveis/quantificáveis enquanto produtos, sem considerar o conjunto de elementos implicados no trabalho educativo. Tal tendência facilita a perda de sentido do trabalho pedagógico e dos elementos que compõem sua verdadeira razão de existir.

Com essa mudança, Coêlho (2102) mostra que a escola nega sua natureza quando

assume uma característica meramente organizacional imbuída sob a lógica da racionalidade instrumental. No cotidiano escolar, a ênfase recai sobre a organização, funcionamento e gestão da instituição, priorizando aspectos burocráticos e preocupações sobre como o ensino e a aprendizagem devem ser conduzidos. Essa característica prevalece em detrimento do exercício do questionamento, da dúvida e da reflexão, pois o interesse é o de treinar para a realização de tarefas pré-definidas.

Com a escola se tornando organização (Coelho, 2012), há o tensionamento de que o conhecimento, o saber, passe a ser transformados em mera informação, uma verdade pronta, um produto comercial a ser transmitido aos estudantes, uma espécie de saber-fazer. O autor mostra que a instrumentalidade, a lógica mercadológica, economicista está presente na escola, na universidade, instituições que, cada vez mais encontram-se enredadas pela instrumentalidade e pelo consequente abandono da busca do saber e produção do conhecimento. Ao se sobrepor ao aspecto burocrático e ao interesse em como o ensino e a aprendizagem devem ocorrer, a escola negligencia a busca pelo conhecimento e a compreensão mais profunda dos conteúdos ensinados.

Todos esses elementos corroboram com a sociedade atual, como aduz Coêlho (2008), a cultura contemporânea, focada na imagem e no som, ressalta a importância de a escola manter o valor do texto escrito, da leitura, do trabalho do pensamento, do exercício da autonomia e da reflexão. Caso contrário, ela estará fortalecendo o mundo trazido pelos estudantes, negando-lhes o direito essencial a uma formação rigorosa e crítica e sólida.

É possível observar como a cultura contemporânea, caracterizada pelo excesso de estímulos visuais e sonoros, apesar de contribuir com o acesso variado de expressões culturais e materiais/informações de naturezas diversas, pode influenciar a formação das novas gerações caso sejam secundarizados - nos processos educativos - o estímulo da autonomia e ao desenvolvimento intelectual e integral dos estudantes.

Marilena Chauí (2016), em *Ideologia e educação*, trata de um conceito importante para a análise aqui desenvolvida. Segundo a autora, em nossa sociedade, existe uma regra não escrita que estabelece que nem todos podem dizer qualquer coisa a qualquer pessoa em qualquer lugar e circunstância. Essa regra, é denominada por ela como regra da competência, e por meio desta é determinada a legitimidade de quem pode falar e ouvir, o que pode ser dito e ouvido, e onde e quando isso pode ocorrer. Essa regra também define quem é excluído do processo de comunicação e informação assim como as influências da divisão social do trabalho e das

relações de poder no acesso ao conhecimento.

Segundo Marilena Chauí:

A regra da competência nos permite indagar: quem se julga competente para falar sobre a educação, isto é, sobre a escola como forma de socialização? A resposta é óbvia: a burocracia estatal que, por intermédio dos ministérios e das secretarias de educação, legisla, regulamenta e controla o trabalho pedagógico. Há, portanto, um discurso do poder que se pronuncia sobre a educação, definindo seu sentido, finalidade, forma e conteúdo (Chauí, 2016, p. 249).

A autora também discute a questão da exclusão de professores e estudantes do discurso educacional, que são exatamente aqueles que têm conhecimento e formação para tratar com propriedade do tema. Isso nos ajuda a entender por que se tornou tão difícil o diálogo sobre a educação, especialmente quando outros sujeitos sociais não ligados diretamente ao campo educacional, passam a ganhar legitimidade na regra da competência para proferir suas concepções e visões de mundo sobre a área.

Essa ideologia contemporânea, como argumenta Chauí (2016), está fundada no mito da racionalidade do real, entendida como razão. Conforme aduz a autora, essa ideologia tem suas raízes no mundo econômico da produção, especificamente no taylorismo, que busca racionalizar o processo de trabalho. O taylorismo opera em dois níveis: primeiro, fragmentando ao máximo o trabalho para aumentar sua produtividade e controle sobre o corpo do trabalhador; segundo, buscando reintegrar o que foi fragmentado por meio de organização e planejamento. Essas duas dimensões estão envolvidas na tomada de decisões sobre o processo de trabalho e estão separadas da mera execução. Para a autora:

A “racionalidade” consiste pura e simplesmente em separar de modo radical aqueles que decidem ou dirigem e aqueles que executam ou são dirigidos, retirando destes últimos todo e qualquer poder sobre sua própria atividade. O mito da racionalidade assim concebida permite, por um lado, o surgimento das burocracias como forma de reunificar o disperso, reproduzindo-se nelas próprias (através do sistema de autoridade fundado na hierarquia) a mesma divisão efetuada na esfera produtiva, mas permite ainda, por outro lado, o surgimento da ideia de administração. Administrar é organizar e planejar (Chauí, 2016, p. 249).

A autora ressalta que na sociedade de mercado, que é caracterizada pelo modo de produção capitalista, ocorre um processo de homogeneização social através da equivalência das mercadorias. Esse sistema universal de equivalentes é estabelecido por meio de processos de abstração, nos quais tudo se torna equivalente e qualquer coisa pode ser trocada por outra. Essa homogeneização social iguala abstratamente todas as esferas de interação social e todas as

realizações sociais, possibilitando o surgimento da noção e da prática da administração. A administração, por sua vez, possui seu próprio conjunto de regras, normas e princípios relacionados às ações administrativas, independentemente do objeto ou da realidade que está sendo administrada.

Chauí (2016) destaca uma ideologia contemporânea fundamentada no mito da racionalidade do real, que se origina no contexto econômico da produção, como já dito, especialmente no taylorismo. Essa abordagem busca fragmentar ao máximo o trabalho para aumentar a produtividade e o controle, ao mesmo tempo em que procura reintegrar as partes fragmentadas através de organização e planejamento. Esse modelo conduz a uma divisão radical entre aqueles que decidem e os que executam, retirando o poder dos últimos sobre suas próprias atividades.

Em outras palavras, do ponto de vista da administração, a Volkswagen, a universidade, o ensino fundamental e o ensino médio, o Detran [Departamento de Trânsito], a PM [Polícia Militar], o museu de arte, o cinema, o teatro, a Bombril ou a Bendix são absolutamente equivalentes. Nada há, do ponto de vista da administração, nada que individualize ou singularize esses “objetos”, pois são todos igualmente administráveis, isto é, organizáveis e planejáveis (Chauí, 2016, p. 249).

O ponto de vista mercadológico tem se tornado cada vez mais presente na educação, na escola e na universidade, o que tem alterado o sentido e a função dessas instituições na sociedade. Um aspecto marcante dessas mudanças é a racionalidade técnica.

Em *Eclipse da razão*, no texto intitulado "Meios e Fins", Horkheimer (2002) mostra como a racionalidade técnica influencia a formação humana e reflete criticamente acerca de seus efeitos na sociedade do século XX. Aponta que a racionalidade técnica tende a tensionar a submissão dos indivíduos aos imperativos da eficiência e da lógica instrumental. Em sua argumentação, há uma tendência à abdicação/perda da autonomia e da capacidade de determinar os desdobramentos que ocorre a partir da integração dos indivíduos a uma racionalidade heterônoma, cuja materialização inclui a adoção de elementos de caráter técnico.

Segundo Horkheimer (2002), ao abordar a influência da racionalidade técnica na educação e na sociedade como um todo, é crucial reconhecer a relevância não somente dos aspectos técnicos e instrumentais, mas também dos elementos humanos e sociais presentes no contexto educacional.

Desse modo, a busca incessante por meios eficientes para realizar uma atividade pode sobrepor-se aos próprios fins humanos, comprometendo a capacidade de determinação de

propósitos e fins que são significativos para cada indivíduo. Tal tendência, segundo Horkheimer (2002), pode conduzir o ser humano a operar como um mero servo da técnica e não o seu oposto. Evidencia-se a partir das contribuições do autor, sobre a necessidade de elaboração de um olhar problematizador acerca dos meios e fins aos quais o avanço técnico e tecnológico pode conduzir na sociedade contemporânea destacando-se ainda sobre os riscos de perda da conexão dos sujeitos à valores necessários à vivência em sociedade e à busca do bem comum e das necessidades humanas fundamentais.

Na mesma obra, o autor argumenta acerca de uma crise atual da razão, a qual reside, principalmente, na constatação de que o pensamento, em certa medida, vem perdendo, a partir do emprego e do avanço de uma racionalidade técnica e instrumental, relevância e centralidade na sociedade capitalista contemporânea.

Tais reflexões possuem relevância no contexto histórico mais recente, onde se verifica o avanço cada vez mais aperfeiçoado de elementos técnicos, tecnológicos e informacionais no trabalho pedagógico, que, em boa parte das experiências da educação pública brasileira da atualidade, culminam na estruturação de uma realidade de sobrecarga de trabalho a qual limita tempos e espaços indispensáveis à compreensão e crítica do real, elemento este indispensável para o enfrentamento dos desafios e do exercício intelectual.

Os elementos aqui elencados auxiliam-nos a pensar sobre a educação realizada a partir da racionalidade técnica e instrumental posta como tendência operante e em constante aprimoramento na sociedade capitalista contemporânea. Essa crítica, prima pela valorização não apenas pela dimensão técnica, mas pela formação humana, tendo por princípio a instituição de uma educação em vistas ao exercício da autonomia, ao estímulo da criação e da participação política, abrindo maiores possibilidade de emprego da técnica a favor do verdadeiro sentido e fins da educação e da formação.

Sob a égide da racionalização instrumental, segundo Horkheimer (2002), a realidade apresenta perda da racionalidade em si mesma; correndo-se o risco de esvaziamento dos conceitos fundamentais empregados no real cuja historicidade e elaboração social podem vir a perder seu sentido, transformando-se meramente em discursos ociosos.

Neste sentido, a medida que a razão é subjetivada, ela também é formalizada. A formalização da razão apresenta por sua vez, consequências teóricas e práticas significativas. A plausibilidade dos ideais, os critérios que guiam nossas ações e crenças, os princípios fundamentais da ética e da política, bem como todas as nossas decisões, pode, a partir desta

racionalidade, a depender de fatores distintos da razão.

Na perspectiva da razão formalizada, como afirma Horkheimer (2002), uma atividade só é considerada racional quando está a serviço de algum outro propósito. Em outras palavras, a atividade é meramente um instrumento – um meio -, pois seu significado é atribuído somente por meio de sua conexão com seus fins – finalidades -. Segundo o autor, a perda do aspecto racional de conexão entre meios e fins, teve seu avanço com o surgimento e aperfeiçoamento da automação da sociedade industrial. As funções que anteriormente eram desempenhadas pela razão objetiva, pela religião autoritária ou pela metafísica agora são ocupadas pelos mecanismos reificadores do impessoal sistema econômico.

Pode-se inferir a partir das contribuições do intelectual alemão que a transformação da razão na sociedade industrial traz implicações profundas para a formação humana, isso porque, o avanço da racionalidade técnica e instrumental subjetivada e formalizada, vem acompanhando do progressivo esvaziamento de um conjunto de sentidos atribuídos a práticas sociais e produtivas, assim como, de sua racionalidade sob um ponto de vista autônomo, intelectual e criativo.

A razão formalizada leva a uma perspectiva utilitária restrita, na qual as atividades são valorizadas somente em relação a outros fins e não aos fins elaborados a partir dos sujeitos que se encontram na base dos processos educativos e de trabalho. A razão instrumental, por seu viés utilitarista, é também perpassada pela lógica da mercantilização presente na sociedade capitalista, na qual tudo é avaliado pelo mercado, priorizando a rentabilidade em detrimento de outros valores.

Nesse contexto de rentabilidade, da necessidade de “prosperar”, a educação e a escola têm sido pressionadas a afastar-se de seus fins e sentido primeiros, sendo condicionada a assimilar elementos cada vez mais ligados a lógica mercadológica, pragmática, instrumentalista de modo a desvirtuar sua função histórica, política, cultural e social necessárias a vida em sociedade.

Considerações finais

A partir do presente estudo, fica evidente a influência da racionalidade técnica e instrumental na educação contemporânea assim como os desafios enfrentados pela escola nesse contexto histórico do capitalismo avançado. A predominância da fragmentação e superficialidade com que vêm sendo tratados os temas e problemas no campo da educação tem

levado a crescente negligência dos valores fundamentais da educação, como autonomia, liberdade, igualdade, justiça, cultura, saber, ensino e aprendizagem.

A pressão por eficiência, eficácia e produtividade, oriundas tanto do Estado quanto da sociedade capitalista, tem levado a escola a se adaptar a padrões externos do capitalismo globalizado, se afastando da sua natureza e sentido. A racionalidade técnica também se estende à universidade, que por vezes, também é conduzida a se transformar em mero investimento para o sucesso profissional, descolando-se em muitos casos da função social que desempenha, especialmente quanto a formação intelectual e cultural de suas comunidades e de sua função social na elaboração científica.

Conforme destacado na presente referenciação teórica, há na cultura contemporânea, a ênfase de uma espécie de “consumo” que primazia as linguagens da imagem e do som, demonstrado, na mesma medida, uma progressiva desvalorização do texto escrito, da leitura e do trabalho do pensamento, limitando assim a formação humana em sentido integral. A questão da competência na educação também é abordada, ressaltando como o discurso do poder é exercido pela burocracia estatal, excluindo os professores e estudantes do diálogo sobre as questões da educação.

A influência da racionalidade técnica na educação tende a projetar processos de submissão do ser humano aos imperativos da eficiência e da lógica instrumental, reduzindo a educação ao mero saber-fazer, o que, por sua vez, conduz a processos de resistência das bases sociais a tais intentos reificadores.

Diante dessas transformações, é fundamental repensar a educação contemporânea, levando em consideração não apenas a racionalidade técnica, mas também os aspectos humanos, sociais, políticos e culturais a ela inerentes. Nesse sentido, é urgente reestabelecer um diálogo verdadeiro sobre a educação, envolvendo professores, estudantes, pais e toda a sociedade na construção de processos de resistência à racionalidade reificadora em constante ascensão e aperfeiçoamento na sociedade capitalista contemporânea.

A busca pela excelência educacional não deve ser baseada apenas em resultados quantitativos e padronizados, mas sim na formação integral dos indivíduos, no incentivo ao pensamento crítico, na busca da autonomia e na valorização do saber e da cultura produzidos historicamente.

Referências

COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da Escola?. *In*: COÊLHO, Ildeu Moreira (org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2012. p. 59-86.

COÊLHO, Ildeu Moreira. **Cultura e educação escolar: questão a ser pensada, realidade a ser inventada**. Conferência de encerramento do XXIV Congresso de Educação do Sudoeste Goiano. Universidade Federal de Goiás. Campus de Jataí – GO. 7 nov. 2008.

CHAUI, M. de S. **Ideologia e educação**. Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 245-258, 2016. DOI: 10.1590/S1517.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Tradução: Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002. Título original: Eclipse of Reason.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução: Ísis Borges B. da Fonseca. 22. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2015. Título original: Les origines de la pensée grecque.